

## 4

### Estudos de modalidade

A modalidade vem sendo objeto de diferentes estudos na lingüística contemporânea<sup>15</sup>. Passando uma vista rápida na história dos estudos sobre modalidade, podemos citar alguns que tiveram grande relevância no sentido de impulsionar e incentivar desenvolvimento de teorias nesse campo. Entre eles, destacamos a teoria lógica das modalidades de Aristóteles, na qual muitos trabalhos têm se embasado e se constitui a primeira grande contribuição para os estudos modernos de modalidade.

Destaque igualmente se dá ao estudo pioneiro de Charles Bally. Em suas reflexões, Bally (1950, 216) nos diz que *a função lógica da modalidade é exprimir a reação do sujeito pensante a uma representação*, um primeiro grande passo para as teorias lógicas e lingüísticas da modalidade.

Bally foi, também, o precursor da teoria da enunciação, tendo em vista ter proposto a dicotomia entre ‘dictum’ e ‘modalidade’ (operação para indicar aquilo que se pensa) e proposto uma definição da frase que converte a análise lógica em análise psicolingüística. (Chiss, 1997, 154).

Além dos trabalhos de Aristóteles e Bally, destacamos:

→ o estudo sobre teorias semânticas realizado por Weinreich (1977, 216), no qual o autor aborda os processos de modalização na análise lingüística e os estudos sobre a lógica da linguagem, particularmente de Bernard Pottier;

→ as pesquisas na área da filosofia da linguagem, destacando os estudos da *performatividade*, realizados principalmente por J. L. Austin;

→ os estudos semióticos sobre os verbos *querer, dever, poder, saber*;

---

<sup>15</sup> Destacamos, entre outros, estudo sobre teorias semânticas realizado por Weinreich (1977, 216), no qual o autor aborda os processos de modalização na análise lingüística.

→ os trabalhos que dão ênfase nas questões ligadas à subjetividade, focalizadas por E. Benveniste na sua teoria da enunciação;

→ e, mais especialmente do nosso interesse, os estudos enunciativos, com base nas operações subjacentes à construção do enunciado, sob a ótica de Culioli, nomeadamente Campos, 1997 e 1998.

Inúmeros lingüistas destacam o aspecto de generalidade apresentada por estudos sobre a modalidade e vêm demonstrando o quanto é complexo o assunto e, por isso, mereceria ser tratado de forma diferenciada.

E isso ocorre por várias razões, a começar pela própria delimitação do termo modalidade. Ferrari (2000, 460) nos mostra que uma investigação

preliminar dos estudos que tratam de modalidade é suficiente para demonstrar que o conceito mostra-se particularmente resistente a uma definição homogênea. De um modo geral, os estudiosos tendem a propor relações entre modalidade e vários outros fenômenos, tais como não-proposicionalidade (Jespersen, 1924; Rescher, 1968; Lyons, 1977), subjetividade (Lyons, 1977), não-factalidade (Lyons, 1977; Landera, 1983).

Assim, o problema, de um modo geral, dessas propostas é que delimitam áreas excessivamente amplas ou demasiadamente restritas, levando-nos a conclusões vagas a respeito dos fenômenos lingüísticos que podem ser considerados como expressões de modalidade.

Meunier (1974, 8) nos diz que existe mesmo uma complexidade considerando também as inúmeras definições para o termo 'modalidade', tendo em vista a multiplicidade de enfoques teóricos:

(...) o termo é saturado de interpretações que surgem explícitas ou não, dependendo como os lingüistas que o utilizam: de acordo com a lógica, a semântica, a psicologia, a sintaxe, a pragmática ou a teoria da enunciação. Conseqüentemente, há pontos de vista lingüísticos muito diversos para os termos desses estudos (... "modos" gramaticais; tempos; aspectos; auxiliares de "modalidade"...; negação; tipos de frase...; verbos "modais"...; advérbios "modais"...)""

A seguir, apresentamos uma breve revisão da literatura de estudos sobre modalidade, realizados sob diferentes perspectivas teóricas. Evidentemente, não teremos uma visão ampla de todos os estudos que vêm se destacando, visto não

ser este o objetivo central deste trabalho. Gostaríamos, ainda, de deixar claro que, mesmo dos aqui selecionados, não realizamos uma visão aprofundada que esses estudos merecem.

Acrescentamos, para compreensão da metodologia utilizada para a explicitação de tal revisão, que privilegiamos estudos sobre modalidade em português, embora façamos referência a estudos já consagrados para o inglês e o francês.

## 4.1

### Revisão da literatura

Nesta nossa abordagem, tomamos o conceito de *modalidade*, evidenciando igualmente as relações que diferentes estudos guardam com os conceitos clássicos, principalmente os da Lógica.

Há que mencionar igualmente a questão das diferentes nomenclaturas utilizadas. Muitas vezes encontramos a designação *modalidade* e em outras, *modalização*. A adoção de um ou outro termo tem um comprometimento com o amparo teórico, o que será visto na explicitação de cada estudo.

A partir da citação de Kato & Castilho (1991, 409), podemos entender como as teorias, de um modo geral, realizam essa distinção:

Segundo Castilho e Moraes de Castilho (1990), a gramática tradicional reconhece dois grandes componentes na sentença: o componente proposicional (P), constituído de sujeito + predicado (=dictum), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo e da forma de P, de acordo com o julgamento do falante (=modus). Esse julgamento, segundo os autores, expressa-se de dois modos: (1) o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); (2) o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo. Designa-se habitualmente a função (1) por modalidade e a função (2) por modalização.

Sob a ótica da teoria enunciativa, teríamos uma explicação diferenciada. Na definição acima de modalidade e modalização, os dois termos, na verdade, se equivalem, já que (1) decorre de (2). Ou seja, o juízo, por exemplo, de “João está

em casa” (P) se expressa por determinado modo, não havendo, portanto, essa dicotomia, pois ambos são construídos simultaneamente. Veremos mais adiante que se construiu um enunciado, a partir da validação da relação predicativa [João estar em casa], com uma asserção estrita, tendo em vista o conhecimento que se tem em relação ao objeto construído.

Tradicionalmente há três grandes disciplinas que se interessam pelos estudos de modalidade: a Lógica, a Semiótica e a Lingüística (Darrault, 1976, 03).

Começando a falar dos estudos de Lógica, recorreremos a Quine (1994, 195) que assevera que, como é conhecida hoje, a lógica da modalidade teve seu início com Lewis em 1918. Sua interpretação de necessidade, motivada pela formulação de Carnap, é que uma sentença que começa com o ‘necessariamente’, é verdadeira se e apenas se o seu apoio é analítico. (Quine, 1994, 195).

Poderemos considerar a Lógica como o suporte daquilo que a Lingüística virá a desenvolver na explicitação dos diferentes estudos de modalidade.

Para definir modalidade, na visão lógica, optamos por seguir Abbagnano e Japiassú & Marcondes:

Abbagnano (1999, 676) centra a sua atenção nas diferenças possíveis à volta do conceito de predicção, ou seja, *diferenças que podem ser produzidas pela referência de um predicado ao sujeito da proposição*.

Japiassú e Marcondes (1999, 184) mostram que, na lógica clássica, a modalidade é a característica de certas proposições ou juízos que determina o modo pelo qual se atribui um predicado a um sujeito.

A lógica das modalidades começou com Aristóteles que relacionou a teoria das modalidades a seis valores: verdadeiro, falso; possível, impossível; necessário, contingente. Aristóteles já diferenciava os juízos que chamava ‘apofântico’ ou ‘asseverativos’ dos denominados ‘semânticos’, que, ainda que considerados plenamente significativos, não possuem um valor realmente determinável.

Seguindo Aristóteles, os lógicos escolásticos distinguem entre proposições ‘inessivas’ e proposições ‘modais’. As primeiras são simplesmente atributivas. Nelas se afirma ou nega que um predicado P seja atribuído a um sujeito S. Em compensação, nas proposições modais não se realiza simplesmente a atribuição de P a S, mas se informa também de como tem lugar a união de P e S: da mesma maneira que é possível estabelecer determinações do sujeito (O homem é formoso), do predicado (Sócrates é um homem formoso), também resulta

possível modificar ou determinar a ‘composição’, isto é, a relação entre sujeito e predicado (É possível que Sócrates seja **um** homem). Este último exemplo constitui uma proposição modal ou modalizada. (Ridruejo, 1999, 3211).

No desenvolvimento dos estudos de Lógica, o número dos valores modais foi se alterando. Assim,

algumas vezes, os valores modais foram reduzidos a quatro, com a identificação de possibilidade e contingência (...). Lukasiewicz e Tarski construíram uma lógica com três Modalidades: verdadeiro, falso e possível (cf. os artigos em *Compets Reundus des Séances de la Société des Sciences et Lettres de Varsovie*, 1930, pp. 30, 50, 176). Carnap aceitou as seis Modalidades da tradição aristotélica. (*Idem*)

A teoria lógica das modalidades foi sendo ampliada através dos tempos e a problemática central dos estudos em filosofia tem sido a discussão das noções de ‘possibilidade’, ‘necessidade’ e ‘impossibilidade’, além das relações que entre elas se pode estabelecer (Oliveira, 1993, 01). Na Lingüística contemporânea, as teorias da modalidade são, normalmente, definidas a partir do estudo da modalidade como uma tipologia baseada nas inúmeras formas como são marcadas as diferentes asserções.

Podemos sintetizar a expansão da teoria lógica das modalidades nos diferentes trabalhos da Lingüística nos dias atuais, a partir de 6 tipos de modalidade (Le Querler, 1996, 41 e 42):

- modalidade zero: proposição assertórica (asserção simples);
- modalidade deôntica: enunciado em que há manifestação de uma regra moral, social a ser seguida;
- modalidade epistêmica: marca o domínio do certo, da dúvida, do saber, da crença;
- modalidade temporal: anexa a temporalidade à modalidade a partir do acréscimo de marcadores temporais à asserção simples;

→ modalidade axiológica: marca a evolução do conteúdo proposicional (quando se acrescenta ao enunciado algum juízo apreciativo);

→ modalidade volitiva: marca a vontade do sujeito (com o uso dos verbos esperar, crer).

Destacamos o que nos diz Simonin (1984, 196), sobre os textos de imprensa e a modalidade zero:

Os textos de imprensa comportam numerosos vestígios de operações de modalização que vão além da asserção pura. Deste ponto de vista, distinguem-se dos textos de história que comportam apenas muito poucas modalizações que vão além 'zero' da modalidade.

Mostraremos mais adiante que esse não é o ponto de vista da teoria enunciativa culioliana, ou melhor, não se designa dessa forma o valor modal da asserção; compartilhamos, entretanto, da idéia de que os textos são constituídos por um conjunto de valores modais e não apenas pelo valor da asserção

Podemos comprovar acima, com a explicitação de uma tipologia das modalidades recentemente elaboradas, incluindo, portanto estudos novos sobre modalidade, que as relações entre lógicos e lingüistas, atualmente, parecem já muito estreitas e regulares (Kalinowski, 1979, 10).

Isso já não ocorre com os semióticos que recorrem à formulação sintática da Lingüística e à formulação taxionômica da Lógica na explicitação das modalidades (Darrault, 1976, 06).

Assim, sob o enfoque semiótico, o conjunto das modalidades se estrutura de duas maneiras:

→ *taxionomicamente*: as modalidades são consideradas como *termos de uma morfologia*, de um quadro semiótico (Darrault, 1976, 06).

→ *sintaticamente*: podem ser consideradas como predicados de enunciados modais ou como valores modais (*poder, dever* etc).<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Um estudo mais amplo sobre a visão da Semiótica pode ser encontrado em Greimas, 1976.

As teorias lingüísticas vêm destacando o caráter “*nebuloso*” ou “*misterioso*” quando se trata do estudo das modalidades. F. Oliveira (1991, 26-27) enfatiza, ainda, a pouca especificidade desse estudo porque

apesar de a modalização em geral ser objecto de reflexão e investigação desde há muito tempo, a verdade é que ainda se compreende pouco a sua especificidade, talvez porque o estudo da sua semântica envolva dois domínios humanos fundamentais: o raciocínio e a acção.

A definição mais geral que encontramos para a modalidade tem sua origem na definição clássica em que modalidade

implica a idéia de que uma análise semântica permite distinguir, num enunciado, um dito (às vezes denominado “conteúdo proposicional”) e uma modalidade – um ponto de vista do sujeito falante sobre um conteúdo. (Cervoni, 1989, 55)

Selecionamos, e a seguir explicitaremos, alguns trabalhos, que foram publicados no período de 1976 a 2003, efetivando, assim, uma revisão, de certa forma modesta, da literatura sobre *modalidade*; além disso não pretendemos esgotar o alcance dessa conceituação na diversidade de teorias. A revisão, entretanto, não se limitou a trabalhos que trataram exclusivamente do assunto. Por isso, estão incluídos estudos que recorreram a tratados importantes para o desenvolvimento do tema central desta tese.

Segundo **Parret** (1976, 47), por exemplo, define-se *modalidade*, nas teorias clássicas gramaticais, ao nível superficial da lexicalização, ou seja, a força semântica das modalidades e sua distribuição sintática se identificam com o sentido e com o comportamento dos verbos modais como *poder*, *dever*, *saber*, *querer*.

As modalidades, segundo este autor, devem ser consideradas não apenas como propriedades de seqüências lexicalizadas, mas principalmente como características determinadas pelo valor de verdade de proposição. Ele distingue quatro tipos de modalidade:

- I. *modalidade lexicalizada*: expressa nos verbos modais e advérbios;
- II. *modalidade proposicional*: determina o valor de verdade das proposições dela dependentes como *necessário*, *contingente*, *possível* ou *impossível*;
- III. *modalidade ilocutória*: exprime os tipos e níveis de classificação e convenção das intenções do locutor, regulando a forma e o conteúdo semântico de cada ato ilocutório; e
- IV. *modalidade axiológica ou pragmática*: regula a própria interação, selecionando os enunciados de acordo com os respectivos contextos de ação.

Por seu lado, **Weinreich** (1977, 207-216) distingue dois processos de construção semântica, implicados na definição de modalidade: encadeamento (resultante da formação de conjuntos não-ordenados de traços semânticos) e não-encadeamento. Dentre as possibilidades de realização, este último inclui a *modalização*, ao lado da *associação* e da *delimitação*. A *modalização*, segundo o autor, pode ser considerada como uma instrução para que a entidade semântica construída não seja interpretada literalmente, mas com alguma qualificação, tal como uma interrupção de crença acerca da verdade de uma asserção ou uma isenção de responsabilidade quanto à sua veracidade. Em algumas línguas, essas funções são desempenhadas por categorias especiais de conjugação (modos, evidências) ou por ‘advérbios de sentença’, como ‘perhaps’, ‘certainly’ entre outros.

**Meyer** (1980), apoiando-se teoricamente em Benveniste e Dubois, realiza um trabalho sobre esta categoria que designa *modalização*, identificando-a como elemento da enunciação. Define, assim, *modalização* como *um processo contínuo de adesão do locutor ao seu enunciado, evidenciado neste enunciado através de elementos descontínuos*. (Meyer, 1980, 101).

Neste processo, a autora distingue três tipos de relações centradas a partir do conceito de *adesão*: *adesão positiva / adesão positiva enfática* (quando o locutor se responsabiliza plenamente pelas afirmações contidas no seu enunciado e/ou além de se responsabilizar também recorre a redundâncias); *adesão negativa* (o locutor não se responsabiliza por seu enunciado); e *adesão relativa* (o locutor

assume em parte a responsabilidade pelo enunciado). Identifica, ainda, quatro níveis lingüísticos de ocorrência de modalizadores: o *prosódico* (*a entoação é um dos mais freqüentes processos modalizadores empregados na língua*), o *lexical*, o *sintático* e o *intra-textual*.

Segundo **F. Oliveira** (1993), não se deve concluir que tudo na língua é modal apenas por ser dito por falante. Para ela, assim fazendo confunde-se modalidade com intencionalidade. Relaciona *modalidade* com *situações alternativas* e *relação de alternatividade* com *mundos possíveis*:

De um modo geral, pode dizer-se que as diferentes situações alternativas que se consideram são aquelas que não são elimináveis por aquilo que se sabe. Em virtude disto a diminuição do número de mundos possíveis alternativos a ter em conta está fortemente ligada ao aumento do ‘saber’. Deste ponto de vista, está a considerar-se que a modalidade está relacionada com ‘saber’ e com ‘crença’ e é, portanto, epistêmica. (p.7)

Esta autora refere, ainda, que esta concepção de modalidade pode aplicar-se também a modalidades não-epistêmicas, havendo, assim, um grande número de modos de se compreender ‘possibilidade’ e ‘necessidade’, desde que não se refiram a um tipo específico e sim, a situações alternativas.

Em Mateus *et alii* (2003, 245 a 254), a mesma autora, F. Oliveira, mostra que delimitar o conceito de modalidade depende da concepção lógica ou lingüística em que se estiver trabalhando. A seguir identifica esse conceito nos dois campos, da lógica e da lingüística, mostrando que, para a lógica, a modalidade se liga à noção de verdade (modalidades *aléticas*), mas que outros tipos de modalidade podem ser considerados, como as epistêmicas e as deônticas; para a lingüística, modalidade é a “gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes”. Diz ainda que a abordagem lingüística é muito vaga e evidencia que se trata de um fenômeno de grande amplitude, pois não só existem numa língua formas diversas de expressar um mesmo tipo de modalidade como também uma expressão pode apresentar diferentes modalidades (2003, 245).

Segundo a autora, os conceitos modais se manifestam nas línguas naturais por meio de uma grande variedade de formas, como os verbos modais – *poder* e *dever* – e outros verbos como *saber*, *crer*, *permitir*, *obrigar*, *precisar de*, *ter de*; os advérbios de frase como *possivelmente*, *necessariamente*, *provavelmente*; os adjetivos como *possível*, *provável*, *capaz*; certos afixos derivacionais como *-vel*,

que formam adjetivos deverbais (*lavável, concebível, solúvel*); certas frases genéricas que admitem a expressão de capacidade ou possibilidade; alguns tempos gramaticais como o Imperfeito, o Futuro e o Condicional, quando criam situações alternativas.

No entanto **Cervoni** (1989) mostra que o conceito de *modalidade* deve buscar uma concepção restritiva para que tenha pertinência em Lingüística. Diz, ainda, que a única forma de restringir *é efetuar exclusões, isto é, delimitar, no vasto campo da expressividade, um campo mais restrito, ao qual reservaríamos a denominação “modalidades”*.

A partir de alguns princípios de delimitação, inspirados na Lógica, mas considerando as questões morfológicas, sintáticas e lexicais, Cervoni (1989, 63) distingue, em Lingüística, o que pode ser identificado como *“tipicamente modal, o que só é parcialmente modal e o que parece possível e vantajoso excluir do campo das modalidades”*. Por outro lado, indica que uma classificação das modalidades não poderia ter caráter rígido, tendo em vista a natureza do objeto estudado não se adequar a qualquer rigidez taxionômica.

Assim, Cervoni (1989, 63-75) propõe que o estudo das modalidades considere:

- I. *o núcleo duro* (formado pelas modalidades proposicionais e pelos auxiliares de modo);
- II. *a modalidade impura* (lexemas verbais e expressões unipessoais, modos e tempos, modalidades e ilocutório); e
- III. *as exclusões* (os adjetivos em *-ável, -ível, -úvel*, modalidades de frases; quantidade, tempo e lugar).

**Salomão** (1990, 245-247), seguindo a linha cognitivista, diz que a *modalidade* no português do Brasil é marcada de diferentes formas: por *verbos modais, adjetivos modais, advérbios modais* e pelo *modo*. Cita, ainda, que a informação modal compreende três tipos de modalidade, a saber: *dinâmica*,

*deôntica e epistêmica*. Salomão exemplifica esses três tipos de modalidade a partir do uso do verbo *poder*, entre outros:

*Ele pode correr 4km sem cansar. (dynamic modality – physical ability)*

*Ele pode citar Virgílio de cabeça. (modalidade dinâmica – habilidade mental)*

*Você pode ir brincar depois de estudar. (modalidade deôntica)*

*Pode chover logo mais. (modalidade epistêmica).*

**Pinto** (1994) em seus estudos sobre modalidade identifica os *dispositivos enunciativos* e os *dispositivos de modalização*. *Dispositivos enunciativos* são aqueles pelos quais, ao produzir um enunciado, o emissor cria, de acordo com seus interesses, os universos de referência que serão compartilhados com o(s) receptor(es), estabelecendo relações entre objetos, propriedades e características supostamente existentes nesses universos.

*Dispositivos de modalização* são os modos como se criam e/ou reproduzem diferenças de *saber* e *poder* entre emissor e receptor, tornando possível ao emissor:

- (a) projetar o tipo de interação que deseja estabelecer com o receptor e, por seu intermédio, sobre o mundo;
- (b) tornar públicas posições sobre os estados de coisas descritas em seus enunciados, relativamente a critérios de verdade e de valor; e
- (c) criar seqüências de enunciados encadeados (textos) adaptados aos objetivos (a) e (b) (*Ibidem*, 81).

O item (a) é designado de *modalização da enunciação*, porque neste tipo de modalização são realizadas operações enunciativas que visam atender ao objetivo comunicativo (*Ibidem*, 81). Assim, enunciados podem ser produzidos sob

diferentes *modalizações da enunciação* e podem indicar diferentes tipos de *modalidades enunciativas* (Pinto, 1989, 83-97):

→ *modalidade declarativa*

Quando o enunciador possui direito e poder de produzir enunciados e textos que criam e/ou reproduzem realidade e que são aceitos por consenso da sociedade como verdadeiros;

→ *modalidade representativa*

Consiste por parte do enunciador em assumir, perante o receptor, a responsabilidade sobre a provável verdade dos estados de coisas descritas no enunciado;

→ *modalidade declarativo-representativa*

O emissor, enquanto representa o papel de quem procura explicitamente assumir a responsabilidade sobre a verdade dos estados de coisas que descreve, utiliza essa explicitação como uma forma estratégica de, como se diz, *ter a última palavra, isto é, ter, naquele momento, reconhecido o seu poder de produzir enunciados que são a expressão da realidade, negando esse poder ao interlocutor;*

→ *modalidade expressiva*

Quando os enunciados mostram a intenção que o emissor tem de exprimir afetividade ou juízos de valor relativos aos estados de coisas descritos, ou a qualquer das entidades deles participantes.

→ *modalidade compromissiva*

Ao empregar um enunciado, o emissor assume perante o receptor o papel de quem se obriga, em algum momento do futuro, a tornar verdadeiro o estado de coisa expresso no seu enunciado.

→ *modalidade diretiva*

Quando o objetivo do enunciado é tentar fazer com que o receptor tenha um determinado comportamento.

Pinto (1989, 97-111) designa, ainda, outros tipos de modalização: *modalização do enunciado* e *modalização da mensagem*. Como *modalização do enunciado*, o autor especifica: a incidência de *dicto* e de *re*; as relações lógico-semânticas entre valores modais; modalidades *ônticas*; modalidades *aléticas*; modalidades *epistêmicas*; e modalidades *deônticas*.

Para a modalização da mensagem, o autor identifica a *proposição* e a *predicação*; a *topicalização*; a *focalização*; a *impessoalização*; a *redução de actantes*; e a *hierarquização*.

Se nos debruçarmos agora sobre os trabalhos de **Lyons**, nomeadamente Lyons (1995), esse autor nos diz que existe uma óbvia relação etimológica entre os termos *modalidade*, *modal* e *modo*. A distinção entre eles, segundo esse autor, é historicamente complexa e isso tem provocado um conjunto variado de interpretações por lingüistas e lógicos, tanto tradicionalmente como em trabalhos mais recentes (*Ibidem*, 327).

Lyons (*Ibidem*, 322), define modalidade como as maneiras, nas diferentes línguas, pelas quais a *atitude* do falante é gramaticalmente marcada. Identifica, além das frases imperativas (ordem) e interrogativas, três escalas de modalidade:

→ do *desejo* ou da *intenção*: com o uso do subjuntivo, como no epitáfio *Requiescat in pace*;

→ da *necessidade* ou da *obrigação*: *I must go to London next week*;

→ da *certeza* ou da *possibilidade*: *He may be here.* / *He must be here.*

Lyons (*Ibidem*, 324) diz ter recorrido ao termo ‘escala’ para as diversas modalidades considerando a possibilidade de elas poderem ser desmembradas em um número maior ou menor de classes, como por exemplo, “certeza”,

“probabilidade”, “possibilidade”, ou diversos tipos de “obrigação” e “necessidade”.

Já para **Le Querler** (1996, 61) modalidade é a “*expressão da atitude do locutor ao reportar-se ao conteúdo proposicional de seu enunciado*”. Essa definição, segundo o autor, exclui a asserção simples, pois esta não contém qualquer marca da atitude do locutor. Le Querler destaca a importância dos marcadores de modalidade e identifica alguns tipos (1996, 62 e 63):

→ *entonativos*: uma asserção simples (*Tu viens*) poderá ser uma ordem, um pedido, uma informação, dependendo da entonação;

→ *morfológicos*: principalmente os modos e os tempos verbais, como certos tempos do indicativo, os do subjuntivo e os diferentes empregos verbais das formas em *-r-* (futuro e condicional);

→ *lexicais*: os verbos modais como *savoir, vouloir, pouvoir*, e os advérbios modais como *peut-être, sans doute, malheureusement*, por exemplo ;

→ *sintáticos*: a subordinação marca uma modalidade implicativa, de circunstanciais modais como *à mon avis, sur son ordre*.

Mas este autor (*Ibidem*, 62) ressalva que um mesmo tipo de modalidade pode ser marcado por diferentes formas lingüísticas.

Considerando sua definição de modalidade, que se refere à expressão da atitude do locutor em relação ao conteúdo proposicional, Le Querler (*Ibidem*, 63) propõe uma classificação que se organiza em torno do sujeito enunciador, em que identifica uma modalidade *subjativa*, uma modalidade *intersubjetiva* e uma modalidade *objetiva*. Na *subjativa*, diz que a modalidade é considerada como apenas uma expressão da relação entre sujeito enunciador e o conteúdo proposicional que está transmitindo. Já a modalidade *intersubjetiva* diz respeito à relação entre o sujeito enunciador e um outro sujeito, a propósito de um conteúdo proposicional. E, para a modalidade *objetiva*, o autor refere que esta ocorre quando o sujeito enunciador subordina o conteúdo proposicional a uma outra

proposição: a modalidade não depende nem do julgamento do enunciador, nem de sua apreciação, nem de sua vontade.

A partir da classificação acima, o autor indica que essas modalidades são da seguinte forma expandidas:

→ *modalidades subjetivas*: podem ser epistêmicas ou apreciativas;

→ *modalidades intersubjetivas*: são as deônticas (autorização, permissão...);

→ *modalidades objetivas*: são designadas implicativas (o sujeito assera que *p* implica *q*).

No mesmo sentido, **Queiroz** (1999, 40) define modalidade como a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, quer se comprometendo, quer se afastando. O sujeito situa seu dizer em relação ao certo, ao possível, ao verossímil ou ainda assume realizar julgamentos de valor.

Objetivando analisar editoriais publicados em jornais brasileiros (*O Globo* e *Folha de São Paulo*), Queiroz segue classificação de Moirand (1979, 175), que divide as modalidades em *modalidades da enunciação* e *modalidades do enunciado*. As primeiras se constituem de operações enunciativas, em que o enunciador procura projetar o tipo de interação que deseja estabelecer com o destinatário, ou seja, o enunciador utiliza seu enunciado como instrumento para a realização de intenções comunicativas. Recorrendo a Moirand, a autora identifica como modalidades de enunciação a ‘asserção’, a ‘interrogação’ e a ‘injunção’ (Queiroz, 1999, 41).

As *modalidades do enunciado* indicam o valor que o enunciador atribui aos estados de coisas descritos ou aludidos em seus enunciados. Podem ser modalidades *lógicas* e *apreciativas*.

Nos trabalhos de **Pottier**, nomeadamente Pottier (2000, 92), são propostas quatro *zonas modais* que permitem a integração do conjunto de fenômenos lingüísticos, a modalidade *alética*, a modalidade *epistêmica*, a modalidade *factual* e a modalidade *axiológica*.

A modalidade *alética* é a modalidade que se refere possível, ao necessário e revela a forma independente de o sujeito enunciador (JE) se manifestar em relação ao que enuncia. O exemplo do autor:

*“Il est possible qu’il pleuve le 2 février 2024”.*

Na modalidade epistêmica, o JE transforma o seu pensamento em palavras através do seu *croire* (*crer*) e o seu *savoir* (*saber*):

*“Je crois que je vais accepter”.*

*“Je sais que Pierre est arrivé”.*

Para a modalidade *factual*, esse autor nos diz que o *JE* fala de suas intenções em relação ao seu *dire* (*dizer*) e ao seu *faire* (*fazer*), utilizando o seu *pouvoir* (*poder*) e seu *devoir* (*dever*):

*“Je peux et même je dois le faire tout seul.”*

E na modalidade *axiológica* o *JE* valoriza suas palavras em torno do *vouloir* (*querer*) e do *valoir* (*valer*):

*“Je veux une nouvelle voiture.”*

*“J’aime le chocolat.”*

*“Il vaut mieux que j’accepte.”*

Pottier (2000, 197 a 210) indica três tipos de marcadores da modalidade epistêmica:

1. os perceptivos (*savoir, croire, percevoir par les sens, l’habituel*);
2. as modalidades enunciativas (*interrogation, assertion et négation; interrogation partielle et reprise; la prise em charge du PROPOS; le mode*);
3. a determinação das entidades (*présentation – monstration – anaphore; le global et le partitif; l’autodétermination; l’absence de détermination; la détermination prédicative; nom et pronom*).

A partir de uma concepção algo próxima da defendida por Pottier, o trabalho de **Lopes** (1972, 243) sobre modos lingüísticos e modalidades lógicas mostra que as manifestações da subjetividade de um loqüente apresentam de forma sistemática

os quadros de valores que estão ligados ao vocabulário, sempre mais ou menos depreciativo, exaltório, valorativo, em suma, e sobretudo os modos verbais, que até por semelhança de designação fazem logo pensar nas modalidades lógicas, constituindo paradigmas mais ou menos definidos na conjugação simples, composta ou perifrástica, no uso de certos advérbios ou locuções como “talvez”, “com certeza”, “provavelmente”, etc.

Lopes (1972, 244) assevera ainda que a consciência acerca da ‘subjetividade’ de um loqüente já é uma objetivação. Além disso, mesmo o loqüente mais ingênuo se objetiva ao optar por variantes lingüísticas que o classificam em idioletos identificadores de um sexo, uma idade, uma classe, um grupo de cultura, uma especialização profissional, uma terra de naturalidade ou fixação.

Lopes (*Ibidem*, 245) define ‘modo’ como a expressão da atitude de quem fala relativamente àquilo que diz e ao interlocutor. E ‘modalização’ como um fenômeno lógico-lingüístico que se verifica, sobretudo, nos discursos chamados diretos e indiretos que servem de objeto a outro discurso.

## 4.2

### À guisa de uma reflexão

Observamos, ao elencar esses estudos sobre *modalidade*, que existem muitas similitudes com os conceitos de lógica modal e, em alguns casos, as abordagens são meramente repetitivas e apresentam, sob o ponto de vista lingüístico, algumas inconsistências.

Assim, observamos, por exemplo, que Parret apresenta uma crítica às teorias clássicas gramaticais, por estas definirem *modalidade* apenas ao nível superficial de lexicalização, mas sua identificação não é satisfatória, já que ao identificar os quatro tipos de modalidade (lexicalizada, proposicional, ilocutória, axiológica ou pragmática) não apresenta uma delimitação do campo de trabalho. Parret abrange, além do nível lexical, o lógico e o pragmático, o que, a nosso ver,

evidencia uma não preocupação com o próprio fenômeno da modalidade, incluindo-a em abordagens completamente heterogêneas.

O mesmo comentado acima pode ser estendido aos autores Weinreich (*questões lógicas e questões lingüísticas*); Cervoni (*princípios de delimitação inspirados na lógica e consideração de questões morfológicas, sintáticas e lexicais*); F. Oliveira (*identificação de situações alternativas e relação de alternatividade com mundos possíveis*), já que, da mesma forma, não formulam uma identificação da modalidade com um estatuto estritamente lingüístico, relacionando-a com considerações, principalmente, lógicas.

Outras observações podem ser feitas. Vejamos.

Pinto realiza uma distinção entre *dispositivos enunciativos* e *dispositivos de modalização*, o que, a nosso ver, não se constitui uma distinção propriamente dita tendo em vista que o próprio autor mais adiante, na classificação dos diferentes tipos de *modalidade*, reúne esses dois tipos de dispositivos no que ele designa *modalização da enunciação*. Parece-nos, ainda, que o autor, com uma grande preocupação taxionômica, acaba comprometendo seu estudo sobre modalidade, já que perde muito tempo apenas na classificação, não tratando do aspecto enunciativo a que, a princípio, se propôs.

Sobre as propostas de Le Querler podemos fazer, basicamente, duas observações. A primeira diz respeito à exclusão da *asserção*, designada por ele de *simples*, do conceito de modalidade. Ora, se esse autor define modalidade como “expressão da atitude do locutor ao reportar-se ao conteúdo proposicional de seu enunciado”, por que não incluir a asserção (mesmo simples) já que esta é construída pelo próprio enunciador? O que ela não contém são marcadores segmentais específicos de modalidade, mas o caráter de manifestação de um ponto de vista do enunciador em relação a determinado conhecimento está presente na asserção. Os marcadores poderão fornecer ao enunciado construído outras classificações modais, como por exemplo em *Felizmente João tomou conhecimento que Paulo chegou cedo em casa*, em que o marcador *Felizmente* marca uma apreciação à asserção construída numa outra situação de enunciação, como veremos mais adiante. Outra observação que fazemos nesse mesmo autor é a não inclusão da interrogação nas *modalidades intersubjetivas*. O autor só faz menção às deônticas.

Mas, primordialmente, o que ressentimos, nesses trabalhos, é que as descrições realizadas, principalmente as que incluíram igualmente a abordagem lógica, não dão conta do funcionamento das línguas naturais. Entendemos que, na descrição dos fenômenos ligados à modalidade faz-se necessário que se tenha um enfoque estritamente lingüístico, como observou Campos (1998, 4):

A modalidade surge dispersa em capítulos que tratam, sucessivamente, problemas de modalidade – modos e tempos verbais, advérbios, adjetivos –, problemas de sintaxe – relações de auxiliaridade ou de complementação, relações interproposicionais, etc. E, entre essas diferentes manifestações, não é visível que se estabeleça qualquer afinidade permitindo referenciá-las no que respeita à unidade de um fenômeno – a modalização lingüística.

Mostraremos, a seguir, que a modalidade, no modelo de abordagem semântico-enunciativa de Antoine Culioli, diverge em muitos pontos dos estudos acima explicitados, principalmente, no que respeita à perspectiva lingüística privilegiada na descrição das ocorrências. Destacamos, entretanto, que a abordagem de Lopes é a que mais se aproxima do estudo a que nos propusemos.